

ESPORTES E POLÍTICA INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DO *APARTHEID* NOS JOGOS OLÍMPICOS DE MONTREAL EM 1976

Gabriela Rorato Silva^{*}
Alice Freitas Melo^{**}
Maria Rita dos Santos Amaro^{***}

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a relação entre diplomacia e esporte, com foco específico nas escolhas diplomáticas feitas durante as Olimpíadas de Montreal em 1976 e sua relação com a teoria liberal das relações internacionais. Através de uma revisão bibliográfica, foram examinados os trabalhos de autores como Jesus (2014) e Bersell (2017), que abordam a política diplomática nos esportes, e Pereira (2011), que discute o apartheid na África do Sul. Para a busca de artigos, foram utilizadas as bases de dados acadêmicos com as palavras-chave "Jogos Olímpicos", "Diplomacia", "Olimpismo" e "Apartheid". Aplicaram-se filtros para limitar a pesquisa ao período de 2005 a 2021, garantindo a relevância e atualidade dos estudos selecionados. Concluiu-se que a importância das discussões sobre esse tema em eventos esportivos globais está relacionada à forma como esses torneios permitem a manifestação da política externa, seja em apoio ou rejeição a certos regimes, através de agentes organizacionais.

Palavras-chave: Jogos Olímpicos. Diplomacia. Olimpismo. *Apartheid*.

Abstract: This article aims to analyze the relationship between diplomacy and sport, with a specific focus on the diplomatic choices made during the Montreal Olympics in 1976 and its relation with the liberal theory of international relations. Through a bibliographical review, the works of authors such as Jesus (2014) and Bersell (2017), which address diplomatic politics in sports, and Pereira (2011), who discusses apartheid in South Africa were examined. For the search of articles, we used academic databases with the keywords "Olympic Games", "Diplomacy", "Olympism" and "Apartheid". Filters were applied to limit the research to the period from 2005 to 2021, ensuring the relevance and timeliness of the selected studies. It is concluded that the importance of discussions on this topic in global sports events is related to how these tournaments allow the manifestation of foreign policy, either in support or rejection of certain regimes, through organizational agents.

Keywords: Olympic Games. Diplomacy. Olympism. *Apartheid*.

* Estudante do curso de Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: gsilva.lea@uesc.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0009-9680-3329>

** Estudante do curso de Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: gsilva.lea@uesc.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0009-9680-3329>

*** Estudante do curso de Bacharelado em Línguas Estrangeiras Aplicadas às Negociações Internacionais, Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: mrsamaro.lea@uesc.br. ORCID <https://orcid.org/0000-0009-0001-7870-4425>

Introdução

Os Jogos Olímpicos, ao longo da história, tornaram-se uma importante plataforma de diplomacia internacional. Embora, inicialmente, consistisse em uma forma de celebração e manifestação de aptidões físicas, os Jogos evoluíram para promover a união entre nações, especialmente após as grandes guerras mundiais que marcaram o século XX. Atualmente, esse evento global não apenas celebra o esporte, mas também se tornou um meio eficaz de propagação diplomática, reunindo Estados sob a filosofia do Olimpismo, uma vertente do liberalismo focado no esporte.

Eventos esportivos de grande porte, como as Olimpíadas, oferecem um espaço significativo para decisões políticas que podem influenciar na redução de tensões internacionais e provocar mudanças tanto nos países-sede quanto entre os participantes. Segundo Diego de Jesus (2014), tais eventos podem facilitar discussões diplomáticas, mas também podem exacerbar tensões caso haja uma má gestão dos campeonatos e torneios.

Um exemplo notável de má gestão diplomática ocorreu durante as Olimpíadas de Montreal, em 1976. A participação da Nova Zelândia gerou indignação internacional devido à sua visita à África do Sul durante o regime do *Apartheid*, resultando no boicote de mais de 30 países africanos. Esse episódio evidenciou as falhas da organização em lidar com questões políticas complexas e em manter a unidade pretendida.

Diante disso, o objetivo deste artigo é analisar, por meio de revisão bibliográfica, como a diplomacia foi conduzida nas Olimpíadas de Montreal em relação à participação da Nova Zelândia, num contexto de indiferença ao *Apartheid*. Os objetivos específicos incluem: compreender a teoria liberal do Olimpismo, analisar o impacto do *Apartheid* no boicote dos países africanos aos Jogos de 1976, e avaliar as falhas do Olimpismo diante desse evento.

O artigo será dividido em três seções principais: a primeira explicará o Olimpismo e sua relação com a diplomacia e o esporte; a segunda abordará o *Apartheid*; e a terceira detalhará o boicote ocorrido durante as Olimpíadas de 1976. Compreender esse assunto é essencial devido à sua importância identitária e histórica, além de destacar como tais eventos podem influenciar mudanças no cenário diplomático nacional e internacional.

Olimpismo: a diplomacia no esporte

Cada país possui um governo que cria, aplica e fiscaliza leis para cuidar de seus cidadãos. No entanto, quando se trata das relações entre Estados, diversas teorias guiam seu comportamento, já que não existe um poder global unificado. Uma dessas teorias é o liberalismo, teorizado por Adam Smith (1983), que, com base no iluminismo, foca na racionalidade, na capacidade de tomar decisões corretas, na individualidade e no progresso contínuo. No setor internacional, o liberalismo valoriza a coexistência pacífica dos Estados, que seriam sujeitos a decisões tomadas por organizações internacionais.

Além de organizações internacionais amplamente conhecidas, como a Organização das Nações Unidas (ONU), que tratam da manutenção da paz e do desenvolvimento mundial, existem outras organizações que cumprem funções semelhantes por meios diferentes. O Comitê Olímpico Internacional (COI), fundado em 23 de junho de 1894 pelo filósofo francês Barão Pierre de Coubertin, promove a filosofia do Olimpismo (Coubertin, 1997). Assim, as Olimpíadas modernas enfatizam a importância do esporte para o desenvolvimento internacional, trazendo benefícios para as relações entre nações por meio de ações diplomáticas e soluções não violentas.

A filosofia do Olimpismo e o papel do COI amplificam o impacto dos eventos esportivos globais, permitindo que o esporte seja entendido como uma das principais frentes no processo de globalização. Na sociedade contemporânea, o esporte é usado como uma ferramenta de diplomacia devido à exposição em massa desses eventos, que atraem milhões de telespectadores em todo o mundo (Jesus, 2014). A diplomacia no esporte pode ser considerada uma estratégia de baixo custo para fins políticos. Ao participar de eventos globais, diversos países têm a chance de tornar visíveis suas pautas nacionais, sejam eles emergentes ou desenvolvidos. Isso reforça a vontade e a necessidade de se expressar através do esporte e de conseguir espaço em eventos mundiais ou regionais, como Copas do Mundo ou Jogos Pan-Americanos.

A importância do esporte como meio diplomático se tornou evidente na Era Moderna, quando grandes conflitos mundiais ameaçavam a paz. Kant, pensador do liberalismo, defendia a organização de estados através de organizações internacionais a fim de alcançar a paz nas relações entre países sem ferir a individualidade dos povos, o que contribuiria para melhor

resolução das diferenças entre estados, o crescimento do comércio e a expansão dos negócios (Nogueira; Nizar, 2005).

O esporte emergiu como uma ferramenta crucial para a conciliação e a retomada da união entre Estados afetados por esses conflitos. Eventos esportivos globais contam com a participação da maioria dos países do mundo, preenchendo uma lacuna que organizações mundiais, como a Liga das Nações ou a ONU, tem dificuldade de conseguir na diplomacia globalizada. Por meio do esporte, países emergentes encontram uma maneira de baixo custo para demonstrar sua política internacional, enquanto países desenvolvidos utilizam a mesma ferramenta para reafirmar seu poder.

No entanto, eventos esportivos globais também podem gerar conflitos, como nas Olimpíadas de Montreal, em 1976, quando ocorreu um boicote devido a participação da Nova Zelândia nos Jogos Olímpicos, mesmo após o país ter participado de um evento esportivo na África do Sul durante o *Apartheid*, o que não era bem-visto. A situação resultou na ausência de mais de 30 países, principalmente africanos, prejudicando o evento (Lavery, 2010). Esse exemplo demonstra a relevância da diplomacia e da política em eventos esportivos. Países, principalmente emergentes, usaram a diplomacia esportiva como meio de protesto e afirmação de seu posicionamento perante políticas internacionais. Esse boicote será abordado com mais profundidade nas seções seguintes.

Na sociedade moderna, a diplomacia pode operar independentemente do esporte, mas a união desses dois eixos é extremamente relevante para o progresso mundial. Intercâmbios culturais através do esporte podem auxiliar na comunicação diplomática formal e abrir portas para novos meios de diplomacia com a utilização do *soft power*, ou seja, a cooperação entre países sem a necessidade do uso da bruta força ou do poder militar (Silva; Cavalcanti, 2021). Cada vez mais, canais diplomáticos informais ganham relevância no mundo globalizado devido à sua capacidade de propagar ideias.

Olimpíadas, Copas do Mundo e outros eventos esportivos globais unem nações em prol de um objetivo: torcer pelo sucesso de seus países. A diplomacia, assim, se democratiza, permitindo que a sociedade participe dos processos diplomáticos. A união desses dois polos é crucial, pois não basta restringir decisões à formalidade; é necessário permitir que a humanidade participe do processo de evolução mundial. A diplomacia une povos e nações por meio de acordos, parcerias econômicas e sociais, assim como o esporte une a esperança de um

povo. São essas as bases do Olimpismo, a filosofia oficial das Olimpíadas.

Colonização europeia e os primeiros passos da segregação racial

A diplomacia através do esporte também revela as tensões políticas e sociais que podem surgir em contextos de segregação e discriminação. Um exemplo marcante disso é o regime de *Apartheid* na África do Sul e como foi a sua influência no cenário esportivo internacional.

A colonização portuguesa na África nos séculos XV e XVI estabeleceu a exploração de mão de obra africana, além do ouro e especiarias, e a expansão do cristianismo. Portugal continuava seu progresso econômico e iniciava a história de exploração africana, com africanos sendo retirados de seus países para trabalhar como escravizados na Europa.

Segundo a historiadora Pereira (2011), em 1652, os holandeses instalaram uma colônia no local que seria posteriormente a cidade de Cabo da Boa Esperança, com a intenção de dar suporte às trocas comerciais com as Índias, não de ocupar a África. Porém, de acordo com o pesquisador Patrick Schmelzer (s.d.), havia uma segregação racial implícita, pois os colonizadores holandeses não mantinham contato com os negros e preferiam se manter isolados, um comportamento que expõe a crença na superioridade racial.

Os britânicos estabeleceram medidas prejudiciais à população negra, como o ‘Decreto Caledon, de 1809, que tornava obrigatório o contrato de trabalho que punisse os trabalhadores que resolvessem mudar de emprego’ (Pereira, 2011). Outras medidas, apoiadas pelos *boers* (colonos de origem holandesa e francesa), dividiram o território da África do Sul, destinando 7% para os negros e 93% para os brancos. Até a formação da África do Sul, os *boers* se organizaram no Partido Nacional, que possuíam ideais segregacionistas, e algumas leis podem explicar esse fato, como o ‘*Natives Land act*’, que resultou na despossessão da terra e na degradação econômica dos negros africanos’. (Mandise; Mtshiselwa, 2013).

Com o passar dos anos, a África aprimorou o setor industrial, aumentando o fluxo de trabalhadores negros nos grandes centros, o que gerou mais tensão entre as populações negra e branca. Movimentos de segregação brancos surgiram disfarçados de reivindicações de melhorias, em especial os *boers* apoiavam esses ideais. Assim, em 1948, Daniel François

Malan criou o Partido Nacional Purificado e decretou o regime de segregação racial, o *Apartheid* (Lima, 2020).

Estabelecimento do *Apartheid*

O *Apartheid* foi um período extremamente conturbado para a África do Sul nos quesitos econômicos, sociais e culturais. A esse regime não foi instituído a partir de uma ideia isolada, mas sim de concepções segregacionistas desenvolvidas ao longo dos anos, como visto anteriormente.

A vitória do Partido Nacional com o lema '*Apartheid*', liderado por Daniel François. Primeiramente, foi instituída a Lei de Registro da População, que obrigava cada cidadão a se registrar como negro, mestiço ou branco (Pereira, 2011). Dentro do próprio Partido Nacional, havia divergências, uma parte defendia a literal dissociação entre negros e brancos enquanto outra parte não acreditava em uma supremacia branca por muito tempo, por consequência do maior número de negros comparado com a quantidade de brancos.

Os anos se passaram e o esforço para a exclusão negra somente crescia, prova disso foi a instituição da Política de Preferência do Trabalho Urbano que não permitia mão de obra negra nas cidades até que todos os brancos já estivessem empregados. Assim, o número de comunidades negras nos subúrbios, ou seja, longe dos grandes centros, aumentou. Tais grupos foram alvos recorrentes de repressão do governo.

No mesmo viés das demais leis de segregação, a Lei da Educação Bantu foi utilizada para disseminar ideais do *Apartheid*, limitar o aprendizado dos não brancos, conformando-os da realidade e evitando revoltas na República da África do Sul (RAS). Ademais, foram criados os bantustões:

Hendrik Verwoerd o pai do *apartheid*, como era conhecido, tinha a ideia de transformar a RAS em um país só de brancos. Com isso, surgiu a ideia da criação dos bantustões. As pessoas não brancas deveriam viver separadas dos brancos, seja nos bairros específicos ou nos chamados bantustões, que eram áreas muito pequenas, inférteis e sem saneamento onde a população era submetida a condições de vida insalubres (Ribeiro, 2021, p. 14)

O regime do *Apartheid* instituiu um sistema de segregação embasado em leis e fomentado por um governo de supremacia branca, colocando os negros à margem da sociedade e ensinando-os a aceitação de um modo de vida que não incentivava ao auto-crescimento, mas ao fornecimento de mão de obra barata e uma vida às sombras do desenvolvimento branco, ou seja, marginalizados.

***Apartheid* e boicote nas Olimpíadas de Montreal**

O regime do *Apartheid* começou a enfrentar grande desaprovação pelos agentes internacionais e sofreu diversas sanções econômicas. Com relação ao cenário esportivo, a África do Sul foi banida das Olimpíadas a partir do ano de 1964.

Os próximos anos foram marcados por uma crescente oposição ao racismo no esporte, com a África do Sul sendo proibida de competir em eventos em quase todos os ramos esportivos. O país não foi autorizado a competir nas Olimpíadas do México de 1968 e foi expulso de todo o movimento olímpico em 1970. Em outras palavras, a África do Sul passou a ficar isolada evento após evento.” (Roman, SD apud Rocha, 2019, p. 29)

A África do Sul só retornou a participar das Olimpíadas em 1992, em Barcelona, e também foi banida dos jogos da Federação Internacional do Futebol (FIFA) anos antes.

Ademais, quando determinada nação não cumpria ou se recusava a fazer parte dos acordos *antiapartheid*, ações eram tomadas com relação a isso, seja por meio da organização ou dos estados, que realizavam boicotes a eventos mundiais, como ocorreu nos Jogos Olímpicos de Montreal em 1976.

Como discutido anteriormente, o regime do *Apartheid* na África do Sul não apenas impactou a vida social e econômica do país, mas também teve repercussões significativas no cenário esportivo internacional. A interseção entre política internacional e esporte é claramente exemplificada no boicote das Olimpíadas de Montreal em 1976.

Política e esporte andam juntos, e as Olimpíadas, como o maior evento esportivo do

mundo, desempenham um papel crucial na criação de uma imagem pública positiva e na promoção das relações internacionais da nação sede. Como mencionado anteriormente, Kant (1795) via a cooperação entre estados de forma positiva, considerando-a uma forma de alcançar a harmonia entre países (Kant, 1795, apud Nogueira; Nizar, 2005). Durante os jogos podemos observar a aplicação dos pensamentos de Kant (1795), por exemplo, quando são feitas diversas preparações para melhor receber e organizar os numerosos países participantes com uma estrutura essencial para eventos internacionais de grande porte.

O professor Drummond (2017) traz também a visão dos países participantes e resume esses aspectos ao afirmar que:

Os Jogos Olímpicos modernos representam, desde suas edições iniciais no fim do século XIX, um dos principais palcos internacionais de exibição e afirmação de identidades nacionais. Ao longo do século XX, os Jogos foram convertidos em momentos de produção de imagens nacionais, e é possível destacar que em poucos outros espetáculos a ideia de nação tem tanto destaque quanto no caso dos Jogos Olímpicos de Verão'' (Drummond, 2017, p. 14)

O autor continua ao relatar que a execução e exibição dos jogos trazem um grande sentimento de união e comunhão, permitindo que todo um país possa celebrar sua existência, mostrando-se publicamente desde a cerimônia de abertura em que desfilam orgulhosamente com suas bandeiras, durante os jogos os quais os países são mencionados, até o pódio em que a bandeira é hasteada e o hino nacional é tocado, representando e evidenciando internacionalmente a existência daquela nação e a vitória de seus cidadãos.

Contudo, as Olimpíadas também podem ser palco de tensões políticas, como evidenciado pelos Jogos de Montreal em 1976, no Canadá. O pesquisador Jesus (2014) observa que os países utilizam eventos esportivos diplomaticamente tanto para promover sua imagem na comunidade internacional quanto para relatar e penalizar comportamentos que desaprovam, utilizando boicotes como uma estratégia de baixo custo e alta visibilidade.

Durante os anos 1970, a África do Sul vivia sob o regime do *Apartheid*, um sistema de segregação racial legalizado que afetava todos os aspectos da vida dos cidadãos negros, inclusive sua prática esportiva. Segundo Bersell (2017), essa proibição de atletas negros em competições foi autorizada tanto pelo governo da África do Sul quanto pelo Comitê Olímpico da África do Sul. Para reforçar esse comportamento, criou-se outra lei que obrigava times

estrangeiros que fossem jogar no país, a terem apenas jogadores brancos compondo sua equipe. Essas normas segregacionistas levaram ao banimento do país de eventos esportivos, sendo proibidos de participar dos Jogos Olímpicos de Verão entre 1964 e 1988 pelo COI e respeitada pelo Comitê Olímpico não-racial da África, que foi criado em 1962 em exílio (Campos, 2016).

Apesar das proibições esportivas para os negros serem apenas um dos problemas que traziam o *Apartheid*, o fato de o esporte ter maior visibilidade durante eventos internacionais conseguiu atrair atenção e revolta de outros países predominantemente negros, sendo a maioria do continente Africano, que não aceitavam as leis que vetavam os cidadãos negros de participarem dos times. Em resposta, a ONU solicitou um embargo esportivo à África do Sul, mas em janeiro de 1976, a Nova Zelândia quebrou esse acordo ao realizar amistosos de Rugby na África do Sul (Laverty, 2010).

A quebra desse acordo gerou revolta nos países africanos, que exigiram do Comitê Olímpico Internacional a exclusão da Nova Zelândia dos Jogos Olímpicos. Apesar da pressão externa exercida, o Comitê não voltou atrás em sua decisão alegando que não poderiam excluir os Novos Zelandeses, levando mais de 30 países, a maioria africanos, a boicotar as Olimpíadas de Montreal como forma de protesto.

O relatório oficial de Montreal 1976 (2004, p. 17), disponibilizado pelo site historyofrights.ca, afirma que a situação foi 'inevitável', pois, apesar das tentativas de manter a neutralidade política durante os jogos, as Olimpíadas são um reflexo da sociedade dividida, sendo assim impossível de impedir que a retirada desses países na olimpíada sucedesse.

Meses antes do início dos Jogos, os países africanos anunciaram que realizariam um boicote caso a Nova Zelândia participasse da competição esportiva, porém, até a data do início das Olimpíadas de Montreal essa exigência não foi cumprida. Sendo assim, vários atletas se retiraram durante a abertura dos jogos, causando um impacto significativo na organização do evento, visto que um continente inteiro desistiu de participar, levando a reestruturação urgente da agenda de cada competição esportiva.

No total, mais de mil competidores não foram às Olimpíadas de Montreal, principalmente de países africanos, representando um pouco mais de um terço da quantidade de pessoas inicialmente registradas para participar. No boxe, por exemplo, dos 348 boxeadores homens registrados de 69 países, apenas 267 de 54 países competiram após o

boicote (Montreal 1976, 2004, p. 167 apud historyofrights.ca, 20 de março de 2024).

Ainda que o relatório final dos jogos de Montreal afirme que o evento foi um sucesso, a estratégia do boicote foi um êxito, pois levou à desestabilização da organização de um evento esportivo internacional, chamando a atenção da mídia, dando visibilidade e levantando a questão sobre a segregação e a ditadura vivenciadas na África do Sul para o mundo todo (Bersell, 2017).

O *Apartheid* teve seu fim 15 anos após os jogos de Montreal de 1972, em 1991, durante o governo de Frederick de Klerk. Embora o boicote não tenha sido a causa direta do fim do regime, foi um evento marcante com visibilidade internacional, aumentando a discussão na mídia e incentivando mais protestos e manifestações contra a ditadura.

Considerações finais

Embora a diplomacia e o esporte não dependam um do outro para existir, atualmente, é comum que ambos se relacionem em eventos esportivos de grande porte. O esporte, como parte integrante da globalização, facilita a implementação de medidas diplomáticas não convencionais, sendo especialmente relevante durante os Jogos Olímpicos.

O Olimpismo, filosofia idealizada por Pierre de Coubertin (1997) para as Olimpíadas baseada no Liberalismo e na construção de paz entre estados por meio de organizações internacionais, enfatiza a importância do esporte para o desenvolvimento internacional, promovendo a paz, a tolerância e a compreensão por meio de ações diplomáticas e soluções não-violentas. Esse espírito foi testado durante várias ocasiões, mas em especial nas Olimpíadas de 1976, quando a África do Sul vivia sob o regime do *Apartheid*.

Durante esse período, o governo sul-africano instituiu diversas medidas para separar os negros e os brancos, inclusive durante a prática esportiva, em que os times oficiais deveriam ser compostos apenas por jogadores brancos, todavia, essa política segregacionista não foi bem recebida internacionalmente, principalmente por outros países africanos.

Assim, durante os jogos de Montreal de 1976, o Comitê Olímpico Internacional (COI) não se manifestou sobre a situação política da África do Sul e sua relação com a Nova Zelândia, que havia quebrado um acordo *antiapartheid* ao realizar amistosos de Rugby na

África do Sul. A indiferença do COI gerou desacordos diplomáticos, levando à retirada de mais de 30 países (principalmente africanos) dos jogos como forma de protesto.

Nesse contexto, observam-se duas vias diplomáticas e políticas: a primeira diz respeito ao posicionamento da comissão esportiva, e a segunda à atitude dos 30 países que boicotaram as Olimpíadas. A decisão do COI de não intervir na questão política resultou em um fracasso diplomático, evidenciando sua incapacidade de lidar com as implicações políticas do esporte.

Diante dos fatos, a Comissão Olímpica de 1976 falhou diplomaticamente devido a sua posição nula perante o boicote, impactando negativamente sua política externa. Conclui-se que a solução ideal teria sido demonstrar repúdio às leis segregacionistas do *Apartheid*, retirando a Nova Zelândia dos Jogos de Montreal, a fim de evitar a saída de mais de 30 países do evento. Assim, o verdadeiro espírito do Olimpismo teria sido preservado, promovendo a igualdade e a justiça por meio do esporte.

Referências

BERSELL, Matt. Sports, Race, and Politics: The Olympic boycott of apartheid sport. In: **Western Illinois Historical Review**, Macomb, v. 8, n. 1, p. 1-32, mar. 2017. Disponível em: <http://www.wiu.edu/cas/history/wihr/pdfs/wihr-sports-race-politics-olympic%20boycott.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

CANADIAN OLYMPIC GAMES ORGANIZING COMMITTEE. **Official report of the Olympic Games, Montreal 1976**. Disponível em: <https://historyofrights.ca/wp-content/uploads/olympics/COJOREport1976.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2024.

COMITÊ OLÍMPICO INTERNACIONAL. **Olympism and the Olympic Movement**. Suíça: Comitê Olímpico Internacional, 16 slides. Disponível em: <https://stillmed.olympic.org/media/Document%20Library/OlympicOrg/Documents/Document-Set-Teachers-The-Main-Olympic-Topics/Olympism-and-the-Olympic-Movement.pdf>. Acesso em: 02 maio 2024.

CAMPOS, Flávio de. A política no pódio: episódios de tensões e conflitos nos jogos olímpicos da era moderna. In: **Revista Usp**, [S.L.], n. 108, p. 11-20, 28 mar. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/118233>. Acesso em: 20 maio 2024.

COUBERTIN, P. de. **Olympic Memories**. Lausanne: IOC, 1997.

DRUMMOND, Maurício et al. **Memória das Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares**. 2.

ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2017. Disponível em: https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/centrais-deonteu-do/publicacoes/pdfs/Memoria_das_Olimpiadas_no_Brasil_Olimpiadas_no_Brasil_Dialogos_e_Olhares_v2.pdf. Acesso em: 15 abril 2024.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Juntos num só ritmo? Diplomacia e esporte internacional. In: **Recorde: Revista de História do Esporte**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 1-37, jul. 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/1301>. Acesso em: 20 março 2024.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. A (longa) história da desigualdade na África do Sul. In: **Philia&Filía – Revista de Estudos e Pesquisa em Artes e Mediação Cultural**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 13-27, 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Philiaefilia/article/view/24428/14104>. Acesso em 20 março 2024.

LIMA, Gabrielle; COLINO, Izabella. Uma África do Sul pós independência analisada sob a perspectiva pós-colonial: da emancipação ao Apartheid. *Revista Discente Ofícios de Clio*, v. 5, n. 9, p. 66, 2020.

MODISE, Leepo; MTSHELSWA, Ndikho. **The Natives Land Act of 1913 engineered the poverty of Black South Africans: a historico-ecclesiastical perspective.** *Studia Historiae Ecclesiasticae* [online], v. 39, n. 2, p. 359-378, 2013. ISSN 2412-4265. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.25159/2412-4265>. Acesso em: 20 março 2024.

NOGUEIRA, João Pontes; NIZAR, Messari. **Teoria das relações internacionais.** 1. ed. Elsevier [u.a.], 2005.

LAVERTY, Alexander. Sports Diplomacy and Apartheid South Africa. In: **Usc Center On Public Diplomacy**, Los Angeles, v. 0, n. 0, p. 1-25, 13 dez. 2010. Disponível em: <https://theafricanfile.com/politicshistory/sports-diplomacy-and-apartheid-south-africa/> Acesso em 20 abril 2024.

ROCHA, Bruna Albuquerque Cirilo. **A influência política do esporte.** 2019. 40 f. TCC (Graduação) Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/27523/1/2019_BrunaAlbuquerqueCiriloRocha_tcc.pdf. Acesso em: 26 abril 2024.

SCHMELZER, Patrick.(s.d.): Holandeses colonizam Cabo da Boa Esperança. In: **Dw Made For Minds.** Alemanha, 6 abr. 2016. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1652-holandeses-colonizam-cabo-da-boa-esperanca>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SILVA, Thalita Franciely de Melo; CAVALCANTI, Renan Tenório. O esporte como instrumento de diplomacia no cenário internacional. **Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais**, João Pessoa, v. 8, n. 16, p. 130-145, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ricri/article/view/52119>. Acesso em: 10 maio 2024.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Tradução de Luiz João Baraúna, Abril Cultural, 1983.

KANT, Immanuel. (1795) **À paz perpétua**: um projeto filosófico. Tradução de Bruno Cunha, São Paulo: Editora vozes, 2 ed, 2020.